

Aula 8

ECONOMIA COLONIAL II

META

Apresentar a formação e Constituição das atividades acessórias no período colonial.
Apresentar a formação e Constituição da economia mineira e sua importância no período colonial.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
Discutir a importância da pecuária na formação do espaço agrário brasileiro;
mostrar a importância do tabaco para o comércio colonial;
entender que no Brasil colônia desenvolveu-se um campesinato mesmo que marginal ao regime de plantation.
Descrever sobre a importância da mineração para o Brasil Colônia;
Discutir a importância das Minas Gerais na Formação de um comércio interno colonial;

PRÉ-REQUISITOS

Ter assimilado o conteúdo da aula 7.

Lourival Santana Santos
Ruy Belém de Araújo

INTRODUÇÃO

Na aula anterior, vimos principalmente o desenvolvimento da economia açucareira que se constituiu na base da ocupação do espaço agrário brasileiro. Nesta aula, apresentaremos algumas considerações sobre as atividades que denominamos de complementares à economia colonial, isto é: a pecuária, o tabaco, o algodão e o setor produtor de alimentos. Veremos também a atividade mineradora.

Para esta discussão nos basearemos principalmente nos trabalhos de Celso Furtado, Jean Baptiste Nardi, Caio Prado Júnior e Laura Vergueiro. Convém lembrar que a economia colonial era formada por dois setores. Um setor voltado para o mercado externo, produzindo: açúcar, tabaco, metais preciosos etc. e um setor voltado para o mercado interno, produtor de alimentos tendo como base principal o trabalho familiar.



Figura 2 - Gado Bovino (Fonte: [http:// www.2v.com.br](http://www.2v.com.br))

A PECUÁRIA

O gado foi introduzido no Brasil na Capitania de São Vicente. No Nordeste, foi introduzido graças às providências do primeiro governador geral Tomé de Souza.

A expansão da pecuária obedeceu a três fases:

- 1ª. Fase: atividade criatória e atividade açucareira estavam ligadas economicamente e geograficamente;
- 2ª. Fase: atividade criatória e atividade açucareira estavam ligadas economicamente e separadas geograficamente;
- 3ª. Fase: atividade criatória e atividade açucareira separadas economicamente e geograficamente.

Na primeira fase, o dono do gado era o dono do engenho. O gado existia para suprir as necessidades do engenho, ou seja, transporte, força motriz, alimentação etc.

No segundo momento, o dono do gado continuava sendo o dono do engenho. No entanto, por este prejudicar a atividade açucareira (com invasões às plantações), tentou-se separar esta atividade da açucareira com a construção de currais, principalmente os chamados currais de pedra.

Como foi visto na aula anterior, a atividade açucareira era a base da economia colonial e nada poderia prejudicar o seu desenvolvimento. Por esta razão, a atividade pecuária foi separada da atividade açucareira através de carta régia datada de 1701, que proibia a criação de gado numa extensão de 10 léguas do litoral.

Nesse contexto percebe-se a interiorização da pecuária, onde esta vai ocupar principalmente os sertões de dentro (margem direita do Rio São Francisco) e os sertões de fora (margem esquerda do Rio São Francisco).

De acordo com Celso Furtado, devido à impossibilidade de criar o gado dentro das unidades produtoras de açúcar, surgiu uma economia dependente na região nordestina e posteriormente no sul do Brasil: a criação de gado. Quanto às suas características, afirma o referido autor, esta

era uma atividade econômica de características radicalmente distintas das da unidade açucareira. A ocupação da terra era extensiva e até certo ponto itinerante. O regime de águas e distâncias dos mercados exigiam periódicos deslocamentos da população animal, sendo insignificante a fração de terras ocupadas de forma permanente...a densidade econômica do sistema no seu conjunto era baixíssima...a economia criatória se transformou num fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro (FURTADO, 1977, p. 57).

Outro aspecto a destacar, de acordo com Celso Furtado, foi que essa atividade, ao contrário da açucareira, possibilitava a ascensão econômica do colono sem recurso, de acordo com o sistema de pagamento. Ou seja, trabalhando como vaqueiro em uma fazenda durante quatro ou cinco anos poderia iniciar criação por conta própria na medida em que de cada quatro crias ele tinha direito a uma.

Também no sul da colônia a pecuária se expandiu, vinculada principalmente ao abastecimento das Minas Gerais. Como afirma Celso Furtado, esta atividade encontrará no sul

um habitat excepcionalmente favorável para desenvolver-se – e que não obstante sua baixíssima rentabilidade subsistia graças às exportações de couro – passará por uma verdadeira revolução com o advento da economia mineira. O gado sul, cujos preços haviam permanecido sempre a níveis extremamente baixos,

comparativamente aos que prevaleciam na região açucareira, valoriza-se rapidamente e alcança em ocasiões preços excepcionalmente altos (FURTADO, 1977, p. 76).

Concluindo, podemos afirmar que a pecuária foi responsável em grande parte pela interiorização da colônia, anexação de uma extensa área, desenvolvimento de um comércio interno, utilização predominante de mão-de-obra livre apesar de que em algumas regiões, a exemplo Piauí, a mão de obra escrava negra foi utilizada em grande escala.

O TABACO

O cultivo do fumo foi outra atividade que se desenvolveu no Brasil colônia, tornando-se um dos principais produtos explorado no período colonial. No início, era cultivado nos quintais e consumido, principalmente,



Foto Gladstone Campos

Figura 3 - O cultivo do fumo ainda se constitui em uma atividade econômica importante no Brasil atual (Fonte: www.gula.com.br).

pela população pobre (marinheiros, soldados, colonos pobres etc.). Posteriormente, tornou-se um produto utilizado em grande escala para aquisição de escravos africanos.

Era cultivado, principalmente, no Recôncavo baiano e na capitania de Pernambuco. Era um produto que, diferentemente do açúcar, era produzido principalmente em pequenas unidades de produção tendo como base o trabalho familiar. Jean Baptiste Nardi (1987) aponta três fases para o comércio do fumo no Brasil.

A primeira fase, que vai de 1570 a 1673, foi marcada pelo início do cultivo e

pelo crescimento comercial, tornando-o o segundo produto na pauta das exportações brasileiras.

A fase que vai de 1674 a 1713, foi marcada pelo estabelecimento de restrições e controle por parte da administração lisboeta com a elevação dos impostos, o que levou à falência de vários estabelecimentos comerciais.

A última fase, que vai de 1714 a 1774, foi uma fase de instabilidade na medida em que o comércio do fumo para a África ganhou uma importância considerável. Acerca disso, afirma o referido autor:

O comércio do fumo para compra de escravos na África – ou escambo – constitui a grande originalidade do fumo durante o período colonial. Não somente porque foi o único gênero colonial a ser utilizado no tráfico (com tal importância), como também pelo fato de que [...] apresentava um comércio quase independente da metrópole (NARDI, 1987, p. 50).

O ALGODÃO

O algodão era conhecido pelos indígenas, que utilizavam as sementes para o consumo e as fibras para fabricação de fios e redes. Durante grande parte do período colonial, era utilizado principalmente para o consumo interno, no entanto, o desenvolvimento da revolução industrial aumentou a procura deste produto como matéria prima para indústria têxtil. Ao contrário da cana de açúcar, o algodão pouco exigia quanto à questão dos gastos com técnicas e investimentos, sendo cultivado tanto nas grandes como nas pequenas unidades de produção.

O Crescimento da procura pelo algodão e fatores externos, como a guerra de independência dos Estados Unidos (1776) e a Guerra de Secessão (1865), motivaram o Nordeste, e em especial o Maranhão, a se integrar ao sistema mundial de produção.

A PRODUÇÃO CAMPONESA

No Brasil colônia, a pequena produção esteve presente, principalmente em áreas localizadas à margem do sistema de plantation ou pecuário. Este setor foi responsável pelo abastecimento tanto da população estabelecida nas áreas de plantation quanto nas áreas urbanas.

Vários autores divergem quanto à importância da pequena produção no Brasil Colônia. Caio Prado Júnior (1989:64), por exemplo, considera como insignificante a existência de uma produção familiar no período colonial. Para este autor, o que existiu foram “umas pequenas e pobres culturas especializadas na produção de alimentos” não se constituindo em um setor propriamente camponês. Afirma Prado Júnior que este

Será um setor subsidiário da economia colonial de expressão quantitativa e qualitativa mínima [...] com produtividade escassa e sem vitabilidade apreciável (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 65).

Para Celso Furtado, existiu um setor voltado para produção de subsistência no período colonial onde “cada indivíduo ou unidade familiar deveria encarregar-se de produzir alimentos para si” (FURTADO, 1977:120). Este setor estava subordinado ao regime de plantation.

Ao estudar o campesinato no Nordeste, FORMAN (1979), mostra que o trabalho camponês existiu paralelo ao regime de plantation. Essas unidades de produção



Figura 4 - Camponeses (Fonte: www.nead.org.br).

eram formadas por pequenos sítios e, em parte, foram responsáveis pelo desenvolvimento do comércio interno colonial, assim

Ao lado do sistema brasileiro de Plantation cedo desenvolveu-se um setor camponês que compreendia pequenos proprietários, rendeiros e parceiros, que atuavam tanto como produtores de mercadorias e como força de trabalho dentro daquele sistema, bem como fornecedora de alimentos ao mesmo (FORMAN, 1979, p. 47).

Conclui Forman que o camponês no Brasil Colônia estava organizado em regimes familiares, produzindo colheitas comerciais para o mercado interno, vendendo seus excedentes em feiras locais. Viviam em vilas, povoados e cidadezinhas em aglomerações espalhadas pelo vasto território brasileiro.

Tratando do mesmo assunto, Grazziano da Silva indaga:

Se o engenho, que era autosuficiente na produção de gêneros de subsistência, na época de ascensão do preço do açúcar diminuía a produção de alimentos, como se sustentariam os pequenos e insignificantes centros urbanos? (SILVA, 1978, p. 21).

É lógico que esse sustento era mantido por um setor camponês.

Nas Minas Gerais, pequenos produtores supriam em grande parte a região com produtos considerados de subsistência, como: feijão, milho e mandioca. Não havendo, portanto, uma estrutura produtora de alimentos para a população mineira, eram essas pequenas roças que supriam com alimentos a região.

Para José de Souza Martins (1983, p. 39-49), existiu um campesinato no passado do Brasil, constituído por agregados, moradores, e sitiante. O Sitante era o pequeno agricultor independente, dono de um sítio, um lugar de terra. Agregados e moradores eram também tidos como sitiante, já que a sua área de roça no interior da fazenda também era definida como sítio ou roçado.

Portanto, é preciso considerar que o campesinato desempenhou um papel importante na História do Brasil. Quando Furtado e Prado Júnior referem-se a um setor de subsistência, de fato estão se referindo a um setor camponês, na medida em que mesmo subordinado a plantation, o processo de produção através do qual retiravam a sua subsistência era basicamente centrado na produção familiar.

A MINERAÇÃO

O sonho de encontrar metais preciosos data do início da colonização, pois uma das primeiras providências de Martim Afonso de Souza, quando chegou ao Brasil, foi mandar uma entrada para o interior com o objetivo

de encontrar principalmente ouro ou prata. No entanto, foi somente no final do século XVII que este sonho foi conquistado.

De acordo com Laura Vergueiro (1981), o feito da descoberta coube a Antônio Rodrigues Arzão que apresando índios em 1693, encontrou ouro nas Gerais. Em 1698, Antônio Dias de Oliveira descobriu as famosas minas de Ouro Preto, seguindo-se outras descobertas realizadas por João de Faria Fialho dentre outros.

Com a notícia do achado, inaugurou-se uma corrida em direção a região que tinha como base geográfica Minas Gerais, Mato Grosso e Cuiabá. Posteriormente foi descoberto diamantes principalmente no Arraial do Tijuco.



Figura 5 - A mineração no sec. XVIII. (Fonte: www.historianet.com.br). Nova História Crítica do Brasil de Mário Schmidt da editora Nova Geração.

A economia mineira abriu um ciclo migratório, pois esta oferecia possibilidades de exploração para as pessoas de poucas condições, pois, não exigia altos investimentos na medida em que o ouro era encontrado no fundo dos regatos. Os exploradores na sua maioria, eram pessoas de pequena posse que sonhavam fazer fortuna no “novo eldorado”.

Para as Minas Gerais deslocaram-se pessoas de todo tipo atraídos pela esperança de encontrar riqueza fácil eram estes: tripulantes que abandonavam os navios, soldados que abandonavam as guarnições, aventureiros de Portugal.



Figura 6 - Ouro Preto, antiga Vila Rica
(Fonte: www.historianet.com.br).

Laura Vergueiro (1981) mostra muito bem que ao lado da opulência a Região das Minas Gerais conheceu também a miséria, marcada pela fome por conta da carestia dos alimentos, pois não havia roças para abastecer a população (principalmente na fase inicial). Afirma a autora que,

ocorreram crises de fome que chegaram a atingir proporções catastróficas, os mineiros morriam a míngua “com uma espiga de milho, sem terem outro sustento. Os gatinhos chegaram a ser vendidos muito caro devido à enorme quantidade de ratos existentes nos arraiais auríferos... muitos índios se alimentando de bichos de taquara, que deviam ser atirados vivos a água fervendo, pois, uma vez mortos, eram veneno refinado (VERGUEIRO, 1981, p. 19).



Figura 7 - Extração de ouro em Minas Gerais
(Fonte: <http://www.klepsidra.net>)

As Minas Gerais do século XVII, na avaliação da autora, apesar de todo o ouro extraído, foi uma capitania pobre. Do ponto de vista social, apresentava,

Uma camada pequena de homens ricos e poderosos; uma camada média de artistas, artesãos, pequenos comerciantes e pequenos mineradores que viviam com dificuldades; uma extensa camada de homens livres pobres, quase sempre desocupados ou entregues a atividades intermitentes; uma camada numerosa, de escravos que, ante sua mísera condição de vida, recorriam com frequência à fuga, ao roubo, à violência (VERGUEIRO, 1981:73/74).

No aspecto econômico, quase toda a riqueza extraída ia para Metrópole através da montagem de um aparato burocrático que oprimia a população em Geral. Vários Órgãos e Tributos foram criados tais como:

- O Regimento das Terras - que distribuía as datas minerais (lotes auríferos)
 - Capitação - imposto pago por cabeça, ou seja, sobre cada escravo utilizado na garimpagem;
 - Quinto – A quinta parte do ouro extraído ia para a Coroa;
 - Imposto por Bateia – correspondia a 40 gramas de ouro em pó por bateia utilizada;
 - Direito de Entrada – imposto sobre os produtos que chegavam as Minas Gerais;
 - Derrama – Cobrança dos impostos atrasados;
 - Direito de passagem – imposto pago sobre os indivíduos e animais que transitavam nas Minas Gerais
- É importante frisar que, apesar da miséria e opressão as Minas Gerais, estimulou o desenvolvimento de um comércio interno colonial, se destacando como centros abastecedores da região:
- São Paulo - fornecia milho, trigo, marmelada, frutas
 - Rio de Janeiro – fornecia Escravos africanos, artigos europeus (vidros, louças, veludos etc.).
 - Salvador – Fornecia escravos, gado, mercadorias vindas da Europa (tecidos, ferramentas, sal, ferro etc).



Figura 8 - Funcionários da Coroa arrecadando impostos (Fonte: www.klepsidra.net).

Além do ouro, a região mineira conheceu também a extração de diamantes, tendo como principal centro de exploração o Arraial do Tijuco, sendo esta exploração considerada a partir da segunda metade do século XVIII, monopólio da Coroa Portuguesa.

Finalizando, podemos considerar que apesar do volume de ouro extraído das Minas Gerais (quase 1,5 milhão) e em média 600 a 700 quilos de diamantes. Tanto o Brasil como Portugal não se beneficiaram destes do ponto de vista econômico. Na verdade, o ouro brasileiro serviu para

Portugal saldar dívidas contraídas com a Inglaterra, principalmente depois da assinatura do tratado de Methuen (1703).



Figura 9 - Extração Aurífera
(Fonte: www.historianet.com.br).

Através do Tratado de Methuen, Portugal abria o seu mercado para os panos e produtos manufaturados Britânicos e em contra partida a Grã Bretanha abria o seu mercado para os vinhos produzidos em Portugal. Como conseqüência podemos considerar: crise das manufaturas portuguesas sem condições de concorrer com a produção inglesa, crise da agricultura portuguesa que se especializou basicamente na produção de vinhos.



Figura 10 - Mapa Econômico do Brasil Século XVIII
(Fonte: MAPAS retirados do CD-rom História do Brasil, da ATR Multimedia.in).



ATIVIDADES

1. Por que a pecuária, o algodão e o fumo são considerados como atividades complementares à economia colonial?
2. Qual a importância da pecuária no Brasil colônia?
3. Qual a importância do tabaco para o comércio colonial?
4. Faça um comentário sobre a importância da produção camponesa no Brasil Colônia.
5. Identifique as razões que levaram Portugal a impor uma política tributária na região das Minas Gerais?
6. Por que afirmamos que opulência e miséria caminharam lado a lado na Região Mineira?
7. Explique a importância da Região Mineira para formação de um comércio interno colonial?
8. Faça uma pesquisa sobre o tema identificando os pontos positivos e negativos referente a exploração do ouro no Brasil.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

A pecuária desempenhou um papel fundamental no Brasil colônia, principalmente no que se refere a interiorização como também a formação de um mercado interno. Quanto ao fumo, este se constituía também em um produto de destaque, principalmente para aquisição de escravos negros. No Brasil colônia existiu um campesinato, mesmo que marginal ao sistema de plantation. Este foi responsável pelo abastecimento com produtos de subsistência para a população da colônia.

A partir da segunda metade do século XVIII, o sistema colonial apresentava sintomas de crise, nesse sentido para garantir a transferência de rendas para a metrópole, Portugal impôs um sistema tributário na região mineira. Apesar do ouro e dos diamantes explorados nas Minas Gerais, a miséria também esteve presente, principalmente para a população pobre que vivia a margem do sistema. Voltada basicamente para a exploração aurífera, a região não garantia a subsistência da sua população, o que estimulou outras regiões a exemplo de São Paulo e o Rio de Janeiro, fornecer os bens necessários como, alimentos, escravos etc, formando assim um comércio interno colonial.

CONCLUSÃO

Na economia colonial, achavam-se presentes dois setores: um voltado para o comércio externo e outro voltado para o comércio interno. O comércio interno tinha como setores importantes, a pecuária e a produção de alimentos para o abastecimento da população colonial. A pecuária desempenhou um papel importante, principalmente no que se refere à ocupação do espaço agrário com a sua penetração em áreas não ocupadas pelo açúcar. O setor produtor de alimentos abastecia internamente a colônia, cujas relações de trabalho tinham como base o trabalho familiar. Além do açúcar, o comércio externo foi beneficiado pelo desenvolvimento de um produto cuja importância principal estava no comércio com a África para aquisição de mão-de-obra escrava, ou seja, o cultivo do fumo.

A descoberta de ouro no Brasil, realizou um velho sonho da Coroa Portuguesa. No entanto podemos perceber que ao lado da opulência também existiu a miséria na região das Minas, caracterizada principalmente pelas crises de abastecimento. A região mineira ainda foi responsável por estimular a formação de um mercado interno colonial. Percebe-se ainda que para manter o controle sobre a região, a coroa portuguesa instituiu uma pesadíssima carga tributária que oprimia a população mineira. Por último destaca-se que apesar do montante de ouro e diamantes extraídos, Portugal e o Brasil não foram beneficiados.



RESUMO

No Brasil Colônia, paralelo a economia açucareira voltada para o mercado externo, desenvolveu-se outras atividades econômicas consideradas como complementares tais como: a Pecuária, o fumo e o algodão. A pecuária foi importante para a ocupação do interior da colônia como também para o abastecimento. O fumo se constituiu em um produto importante para a aquisição da mão de obra negra, importante para o funcionamento da economia açucareira. O algodão se destacou principalmente no Maranhão. Percebe-se também a existência de um campesinato mesmo que marginal ao sistema de plantation, foi responsável pelo abastecimento interno.

Nesta aula aprendemos que: 1. Somente no final do século XVII, foi realizado o sonho português de encontrar metais preciosos; 2. A colônia nos aspectos econômicos não se beneficiou do ouro extraído pois a maior parte foi transferido para a Metrópole; 3. Ao lado do grande volume de ouro extraído as Minas gerais conheceram a miséria e a opressão; 4. A região mineira estimulou o desenvolvimento de um comércio interno colonial.

REFERÊNCIAS

- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 15 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- NARDI, Jean Baptiste. **O fumo no Brasil Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Coleção Tudo é História).
- MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990 (Coleção Tudo é História).
- FORMAN, S. **Camponeses: sua participação no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1974.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- SILVA, José F. Grazziano da. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- VERGUEIRO, Laura. **Miséria e Opulência nas Minas Gerais**. São Paulo: Brasiliense, 1981.